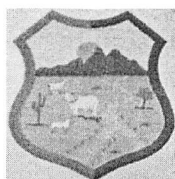


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

PROJETO DE LEI



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

PROJETO de Lei Nº ____/2018.

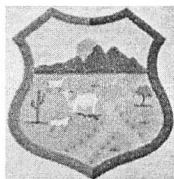
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE **SANTANA DE MANGUEIRA**, Estado da PARAIBA, no uso de suas atribuições legais, e em atenção ao que dispõe a Lei Orgânica Municipal, bem como em consonância com o artigo 35, § 2º, inciso II, do ADCT, da Constituição Federal de 1988 e em consonância com a Lei Complementar Nacional nº 101/2000, submete a apreciação desta Egrégia Câmara Municipal, o seguinte projeto de Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, estabelece as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2019, e compreende:

- a) as propriedades da administração pública municipal;
- b) a estrutura e organização do orçamento anual;
- c) as diretrizes gerais, as orientações e os critérios para a elaboração e a execução da lei orçamentária anual do Município de Santana de Mangueira e suas alterações para o exercício e 2019;
- d) as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- e) as disposições relativas à dívida pública e seus respectivos encargos;
- f) as disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- g) critérios para a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- h) condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- j) outras disposições gerais.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2019, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I. Poder Legislativo

- a) modernização dos serviços do Poder Legislativo, mediante a racionalização das atividades administrativas e melhoria das rotinas de trabalho;
- b) adoção de iniciativas que venham sensibilizar a população para a participação do processo legislativo.

II. Poder Executivo

a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:

a.1. Educação - oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:

a.1.1 estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;

a.1.2 de redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equidade;

a.1.3 de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

a.2. Saúde e saneamento - com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

a.3. **Promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa** com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do Município com renda comprovadamente inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

a.4. Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

a.5. Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação e criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada.

a.6. Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

a.7. De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

b. Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

b.1. Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

b.2. Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;

b.3. Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

c.1. Do desenvolvimento da agropecuária;

c.2. Da indústria, com ênfase às pequenas e microempresas;

c.3. Do desenvolvimento da produção mineral.

d. Ações administrativas que objetivem:

d.1. A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

d.2. A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

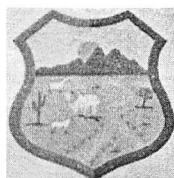
Art. 3º - Para consecução das prioridades previstas no art. 2º, o orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I NA ÁREA SOCIAL

a. Na educação e cultura:

a.1. Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;

a.2. Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

- a.3. Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;
- a.4. Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%
- a.5. Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia escola, esporte e laser;
- a.6. Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;
- a.7. Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;
- a.8. Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;
- a.9. Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;
- a.10. Apoio à atividades e extensão universitária;
- a.11. Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro(a).
- a.12. Desenvolvimento das atividades do esporte amador;
- a.13. Manter as atividades de apoio e valorização do magistério, progressão de cargos, carreiras e remuneração e outras despesas.

b. Da saúde pública

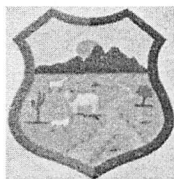
- b. 1. Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.
- b. 2. Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;
- b. 3. Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;
- b. 4. Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;
- b. 5. Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;
- b. 6. Manutenção dos Programas de Saúde na Família.

c. De habitação e saneamento básico

- c. 1. Aprimoramento da infraestrutura básica do município;
- c. 2. Construção e melhoria de casas populares.

d. De assistência social

- d.1. Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

- d.2. Ampliar os programas de assistência comunitária;
- d.3. Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;
- d.4. Estimular programas de assistência comunitária;
- d.5. Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros;
- d.6. Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;
- d.7. Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;
- d.8. Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

a. Agropecuária

- a.1. Assistência e incentivo à produção agrícola;
- a.2. Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
- a.3. Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- a.4. Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- a.5. Combate à seca e à pobreza rural.

b. Indústria, comércio e turismo

- b.1. Apoio às pequenas e microempresas do município;

III. Na área de infraestrutura

a. Recursos hídricos

- 1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;
- b. Transportes

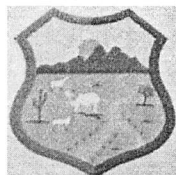
- 1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

c. Energia

- 1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
- 2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d. Serviços urbanos

- 1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- 2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
4. Arborização da cidade;

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2019.

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I. **Programa:** o instrumento de organização da ação governamental, visando à realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II. **Atividade:** um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III. **Projeto:** um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV. **Operação especial:** as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta em produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

§ 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

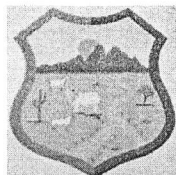
§ 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

- I. Mensagem;
- II. Projeto de Lei do Orçamento;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

III. Tabelas explicativas;

§ 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

- a. Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;
- b. Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
- c. Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 6º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I. DESPESAS CORRENTES

- a. Pessoal e encargos sociais;
- b. Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c. Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d. Outras despesas correntes.

II. DESPESAS DE CAPITAL

- a. Investimentos;
- b. Inversão financeira;
- c. Amortização da dívida consolidada;
- d. Outras despesas de capital.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art 7º - Na elaboração do orçamento fiscal para o exercício de 2019 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

- I. As despesas deverão ser orçadas a preço de junho de 2018;
- II. O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de junho do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2019;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

III. A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de julho do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2019, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

IV. O Prefeito do Município encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019, até 30 de setembro de 2018;

V. A Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 31 de dezembro de 2018;

VI. O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;

VII. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

a. Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

b. Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida;

VIII. Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão obedecer à classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

IX. Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2019, somente poderão ser comprometidos 99,5% (Noventa e Nove Inteiros e Cinco Décimos por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;

X. Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

a. Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;

b. Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;

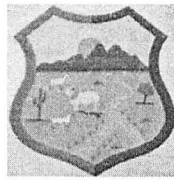
c. Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2019.

Art. 8º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

I. Texto da lei;

II. Quadros orçamentário consolidado;

III. Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

IV. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º- O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2019, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 10º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2019 deverá ser realizada de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2019 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário, a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais.

Art. 12º - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2019, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2019, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº 24/2000.

Art. 13º - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

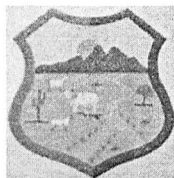
Art. 14º- A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um PRODUTO, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2019, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

Art. 15º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada que preenchem uma das seguintes condições:

- I. Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II. Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III. Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2017 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestações de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Art. 16º - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I. Prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II. Estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III. Sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV. Sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 17º - A execução das ações de que tratam os artigos 15 e 16 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

Art. 18º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitam-se à fiscalização pelo Poder concedente,



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II

Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 19º - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá constar, necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

- I. Os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II. Os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

Parágrafo Único - Só serão incluídas na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 20º - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I. Inclusão de projetos em andamento;
- II. Inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

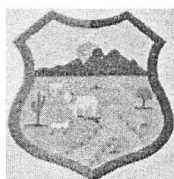
CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21º - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I. A remuneração dos agentes políticos;
- II. Os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III. As obrigações patronais;
- IV. As demais despesas, assim consideradas pela nº 101/2000.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

Art. 22º- As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23º - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24º - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2019, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2019 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida. O montante estimado para o exercício de 2019, acrescido de até 20% (vinte por cento), se este for inferior ao limite estabelecido no inciso III do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

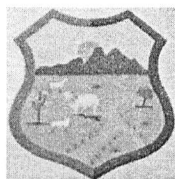
Parágrafo 2º - Na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais em 2019, o Poder Executivo e a Câmara Municipal observando o art. 71 da referida LC nº 101/2000, terão como limites a despesa da folha de pagamento de abril de 2018, projetadas para o exercício, considerando-se os eventuais acréscimos legais, as alterações na estrutura organizacional e no plano de carreira dos servidores públicos municipais, as admissões para preenchimento de cargos efetivos através da mobilização de concurso público e a revisão geral de salários, que, sem distinção de índice, acaso venha de ser concedida, sem prejuízo da observância ao disposto no § 1º deste artigo.

TÍTULO VI
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25º - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovada se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 26º - Na estimativa da receita do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, as quais venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2019.

§ 1º - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamento:



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

I. Serão identificadas as alterações propostas na legislação tributária e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II. Será apresentada programação especial de despesas, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação tributária.

Parágrafo 2º - Caso a proposta de alteração na legislação tributária não seja aprovada, ou somente o seja parcialmente, até o envio do projeto de lei do orçamento para sanção do Prefeito, de sorte que em decorrência disto não possam ser realizadas as receitas esperadas, as dotações à conta dos referidos recursos serão canceladas, mediante decreto executivo, até trinta dias após sanção da lei orçamentária.

§ 3º - Também por decreto, a ser editado no mesmo prazo do parágrafo anterior, o Chefe do Executivo promoverá a substituição das fontes de recursos condicionadas, constantes do orçamento sancionado, decorrentes de alterações na legislação tributária municipal aprovada antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária para sanção, pelas respectivas fontes de receita definitivas.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º - A inclusão, na Lei Orçamentária de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 28º - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 29º - para efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 30º - As dotações correspondentes as Despesas de Exercícios Anteriores, serão consignadas em todas as Unidades Orçamentárias dentro dos seus próprios programas de trabalho.

Art. 31º - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2019.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

Art. 32º - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

I. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;

II. a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

III. o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV. as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

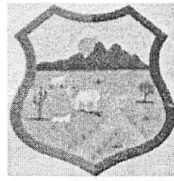
Art. 33º - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 34º - É vedado consignar no orçamento municipal para 2019 dotações para subvenções econômicas, ressalva as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 35º - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando à viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 36º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas,



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 37º - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2019, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 38º- O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2019.

Art. 39º - O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

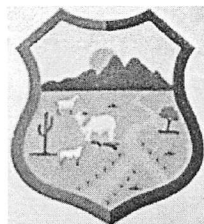
Art. 40º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 41º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito constitucional de Santana de Mangueira, em 12 de abril de 2018.



JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

ANEXOS

Metas e Riscos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
Anexos de Metas Fiscais

I – LRF, art. 4º, § 1º: “Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.

II – LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I “avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior”.

III - LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II – “demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional”.

IV - LRF, Art. 4o, § 2o, inciso III – “evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos”.

V - LRF, Art. 4o, § 2º, inciso IV – “avaliação da situação financeira e atuarial:

OBS: Este Município não possui Instituto de Previdência Próprio

VI – Art. 4o, § 2º, inciso V – “demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado”.

OBS: Para 2019 não há de concessão de benefício fiscal que implique em renúncia de receita.

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo I - Metas Anuais

Exercício: 2019

R\$ 1,00

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º § 1)


ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	26.690.283	25.602.190	84.497,950	27.757.892	25.602.188	87.877,861	28.868.205	25.601.459	91.392,967
Receitas Primárias (I)	26.637.944	25.551.985	84.332,252	27.703.460	25.551.983	87.705,536	28.811.596	25.551.256	91.213,750
Despesa Total	26.690.283	25.602.190	84.497,950	27.757.892	25.602.188	87.877,861	28.868.205	25.601.459	91.392,967
Despesas Primárias (II)	26.400.576	25.324.294	83.580,776	27.456.597	25.324.292	86.924,000	28.554.858	25.323.570	90.400,951
Resultado Primário (III) = (I - II)	237.368	227.691	751,476	246.863	227.691	781,536	256.738	227.685	812,799
Resultado Nominal	-78.486	-75.286	-248,475	-77.008	-71.028	-243,798	-80.088	-71.026	-253,550
Dívida Pública Consolidada	12.533.900	12.022.926	39.680,692	13.035.256	12.022.926	41.267,919	13.556.667	12.022.585	42.918,636
Dívida Consolidada Líquida	10.608.696	10.176.207	33.585,746	11.033.044	10.176.207	34.929,176	11.474.366	10.175.918	36.326,343

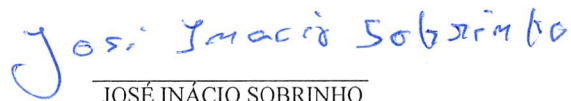
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0	0	0,000	0	0	0,000	0	0	0,000

VARIÁVEIS	2019	2020	2021
PIB Real (Crescimento % anual)	3,00	3,00	3,00
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	8,00	8,00	8,00
Câmbio (R\$ / US\$ - Final do Ano)	3,40	3,40	3,40
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,25	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	31.586,90	31.586,90	31.586,90

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:26:04


 CLAIR LEITÃO MARTINS
 CRC-PB 4.395/O-7 PB


 MARCOS FERREIRA DE
 SOUZA
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS


 JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
 PREFEITO



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Exercício: 2019


R\$ 1,00

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso I)

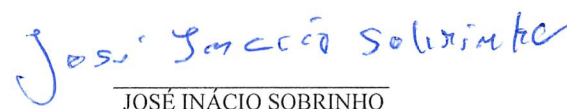
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2017 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2017 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total	21.233.822	67.223,507	16.458.189	52.104,478	-4.775.633	(22,49)
Receitas Primárias (I)	21.167.434	67.013,332	16.410.059	51.952,102	-4.757.375	(22,48)
Despesa Total	21.233.822	67.223,507	13.617.788	43.112,138	-7.616.034	(35,87)
Despesas Primárias (II)	20.979.785	66.419,259	13.319.921	42.169,130	-7.659.864	(36,30)
Resultado Primário (III) = (I - II)	187.649	594,072	3.090.138	9.782,972	2.902.489	1.546,76
Resultado Nominal	3.171.942	10.041,953	3.171.942	10.041,953	0	0,00
Dívida Pública Consolidada	11.509.598	36.437,884	11.509.598	36.437,884	0	0,00
Dívida Consolidada Líquida	9.741.726	30.841,033	9.741.726	30.841,033	0	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Previsão do PIB Estadual para 2017	31.586,90
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2017	31.586,90

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:26:15


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios

Exercício: 2019

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	21.506.822	21.233.822	(1,27)	25.602.186	20,57	26.690.283	4,25	27.757.892	4,00	28.868.205	4,00	
Receitas Primárias (I)	21.453.322	21.167.434	(1,33)	25.551.981	20,71	26.637.944	4,25	27.703.460	4,00	28.811.596	4,00	
Despesa Total	21.506.822	21.233.822	(1,27)	25.602.186	20,57	26.690.283	4,25	27.757.892	4,00	28.868.205	4,00	
Despesas Primárias (II)	21.285.626	20.979.785	(1,44)	25.324.290	20,71	26.400.576	4,25	27.456.597	4,00	28.554.858	4,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	167.696	187.649	11,90	227.691	21,34	237.368	4,25	246.863	4,00	256.738	4,00	
Resultado Nominal	-4.939.814	3.171.942	164,21	-78.847	102,49	-78.486	(0,46)	-77.008	(1,88)	-80.088	4,00	
Dívida Pública Consolidada	10.197.705	11.509.598	12,86	12.022.926	4,46	12.533.900	4,25	13.035.256	4,00	13.556.667	4,00	
Dívida Consolidada Líquida	5.257.891	9.741.726	85,28	10.176.207	4,46	10.608.696	4,25	11.033.044	4,00	11.474.366	4,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	20.234.097	19.404.023	(4,10)	25.602.186	31,94	25.602.190	0,00	25.602.188	0,00	25.601.459	0,00	
Receitas Primárias (I)	20.183.763	19.343.356	(4,16)	25.551.981	32,10	25.551.985	0,00	25.551.983	0,00	25.551.256	0,00	
Despesa Total	20.234.097	19.404.023	(4,10)	25.602.186	31,94	25.602.190	0,00	25.602.188	0,00	25.601.459	0,00	
Despesas Primárias (II)	20.025.991	19.171.877	(4,26)	25.324.290	32,09	25.324.294	0,00	25.324.292	0,00	25.323.570	0,00	
Resultado Primário (III) = (I - II)	157.772	171.479	8,69	227.691	32,78	227.691	0,00	227.691	0,00	227.685	0,00	
Resultado Nominal	-4.647.487	2.898.603	162,37	-78.847	102,72	-75.286	(4,52)	-71.028	(5,66)	-71.026	0,00	
Dívida Pública Consolidada	9.594.228	10.517.772	9,63	12.022.926	14,31	12.022.926	0,00	12.022.926	0,00	12.022.585	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	4.946.741	8.902.245	79,96	10.176.207	14,31	10.176.207	0,00	10.176.207	0,00	10.175.918	0,00	

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,29	2,95	4,50	4,25	4,00	4,00

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:26:26


 CLAIR LEITÃO MARTINS
 CRC-PB 4.395/O-7 PB


 MARCOS FERREIRA DE
 SOUZA
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS


 JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
 PREFEITO



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Exercício: 2019

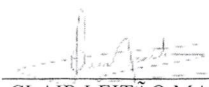
AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1,00					
	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio / Capital		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Resultado Acumulado	-5.309.147	100,00	-4.788.598	100,00	-2.989.269	100,00
TOTAL	-5.309.147	100	-4.788.598	100	-2.989.269	100


REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 1,00					
	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio		0,00		0,00		0,00
Reservas		0,00		0,00		0,00
Lucro ou Prejuízos Acumulado		0,00		0,00		0,00
TOTAL	0	0	0	0	0	0

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:26:37


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos


Exercício: 2019

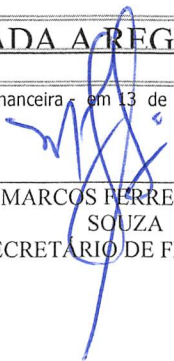
AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 (a)	2016 (d)	2015
NADA A REGISTRAR			
TOTAL	0	0	0

Fonte: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:26:49


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira


Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Exercício: 2019

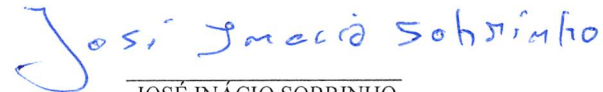
AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
		NADA A REGISTRAR		

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:28:40


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo VI - Receitas e despesas Previdenciárias do RPPS

Exercício: 2019

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

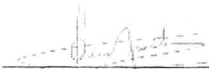
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2015	2016	2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL-RPPS			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO-RPPS			
OUTROS APORTES AO RPPS			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			


DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2015	2016	2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA)			


Reserva do RPPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)			
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS			

FONTE:

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:27:01


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Exercício: 2019

R\$ milhares

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMA / BENEFÍCIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2019	2020	2021	

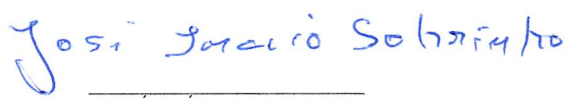
NADA A REGISTRAR

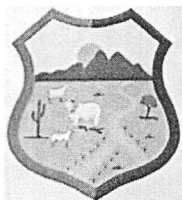
TOTAL				
-------	--	--	--	--

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:27:13


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

Anexo de Metas Fiscais

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A estimativa de **margem de expansão** das **despesas** obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento.

O aumento permanente de receita é entendido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (parágrafo § 3º, do art. 17, da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

A estimativa da **margem de expansão** para o exercício de 2019 foi feita com base somente na receita administrada pela Secretaria Municipal de Finanças, tendo em vista o elevado grau de vinculações das demais receitas orçamentárias, o que inviabiliza a sua utilização para o aumento das **despesas** obrigatórias de caráter continuado.

Como estimativa do aumento de receita, foram acrescentados os impactos das variações de receitas decorrentes de alteração na legislação tributária:

- Previsão de aumento de 4,25% do FPM.
- Modernização da máquina arrecadadora através da atualização do cadastro imobiliário e fiscal do município, bem como da revisão dos créditos para cobrança de taxas municipais para adequação ao custo real de serviços que constituem os respectivos fatos geradores.

Contabilizou-se também o aumento das **despesas** permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2019. Tal aumento será provocado pelos seguintes fatores: implementação das reestruturações de carreiras já autorizadas ou em fase de autorização, no âmbito do Poder Municipal; provimentos de cargos vagos ou criados já autorizados ou em fase de autorização; crescimento vegetativo da folha de pagamentos de servidores ativos decorrentes do aumento do salário mínimo e revisão geral.



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado Exercício: 2019

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

R\$ 1,00

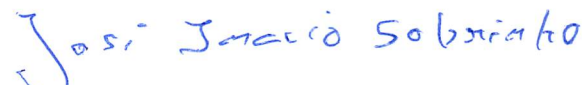
EVENTOS	Valor Previsto para 2019
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III + IV)	0

NADA A REGISTRAR

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:27:24


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



**Prefeitura Municipal de Santana de
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
RISCOS FISCAIS**

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da federação assumissem o compromisso com a implementação de um orçamento equilibrado. Este compromisso inicia-se com a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando são definidas as metas fiscais, a previsão de gastos compatíveis com as receitas esperadas e identificados os principais riscos sobre as contas públicas no momento da elaboração do orçamento.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram desvios entre receitas e despesas orçadas.

O segundo tipo de risco refere-se aos passivos contingentes, especialmente aqueles decorrentes de ações judiciais.

De acordo com os registros da Procuradoria Jurídica do Município, as ações em tramitação podem vir a se traduzir em desembolso financeiro, por parte do Município, no decorrer do exercício, será consignada dotação específica na Lei Orçamentária Anual, a saber:

- Possíveis ações relacionadas à responsabilidade do Município, a serem movidas a partir desta data e que venham a motivar pagamentos no exercício, inclusive de natureza tributária e trabalhista;
- Passivos ainda não contabilizados, relativos a valores que, no exercício seguinte, podem vir a ser reconhecidos como dívida, como, por exemplo, o reconhecimento de dívida de natureza previdenciária;
- depósitos judiciais relativos a ações a serem impetradas pelo Município.

PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS

No caso dos riscos orçamentários, se ocorrerem durante a execução do orçamento de 2019, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, prevê a reavaliação bimestral das receitas de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira com as metas fiscais fixadas na LDO. A reavaliação bimestral - juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuada a cada quadrimestre - permite que eventuais desvios, tanto de receita quanto de despesa, sejam corrigidos ao longo do ano, sendo os riscos orçamentários que se materializarem compensados com realocação ou redução de despesas.

Ou ainda em caso o desequilíbrio fiscal se concretize, o Executivo poderá lançar mão da reserva de contingência, na forma da alínea b, inciso III, art. 50 da Lei Complementar 101/2000 ou ainda, caso não seja suficiente e se prolongue por mais tempo, o Executivo deverá reformular o Anexo de Metas Fiscais, limitando a emissão de empenho na forma estabelecida na presente lei.



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo de Riscos e Metas Fiscais

Exercício: 2019

AMF - (LRF, art. 4º, §3º)

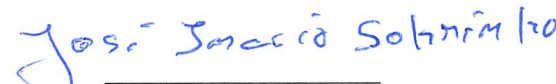
R\$ 1,00

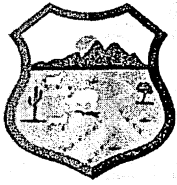
RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS FISCAIS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000	Contingenciamento e Limitação de empenho	50.000
Frustrações de Arrecadação	50.000	Contingenciamento e Limitação de empenho	50.000
Passivos Contingentes	40.000	Contingenciamento e Limitação de empenho	40.000
TOTAL	140.000	TOTAL	140.000

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:31:23


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

Anexo de Metas Fiscais

Memória e Metodologia de Cálculo da Receita

COMENTÁRIO: A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários, e também se alteram ao longo do tempo. Muitos deles sequer possuem maneiras de serem diretamente mensurados, especialmente no caso do Município de Emas, bastante carente em estatísticas.

Desta forma, qualquer exercício de previsão de valores futuros de séries temporais deve ser, em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores previstos não devem ser interpretados como previsões completamente precisas acerca do futuro, mas sim um número em torno do qual pode-se estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

RECEITA FISCAL: Foi apurada para 2019 conforme metodologia descrita abaixo.

a) impostos:

O cálculo dos impostos foi implementado aplicando a média de crescimento das receitas realizadas entre 2015 a 2017, baseado no artigo 30 da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964.

b) Transferências correntes (FUNDEB):

O valor da cota-parte do fundo de participação/fundeb/estado é o valor previsto pelo Tesouro Nacional.

c) Demais contas

Foram todas atualizadas pelo IPCA para 2019 de 4,25%.

RESULTADO PRIMÁRIO: Diferença entre o total de receita e o total de despesa, excluídas, para ambos os totais, as parcelas relacionadas à dívida, empréstimos, remuneração de ativo disponível, participações e privatizações.

RESULTADO NOMINAL: Resultado primário – Juros e encargos da dívida.

PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL: Para 2020 e 2021 foram incorporados os valores do IPCA projetados para os respectivos anos, para as metas em valores correntes e para as metas em valores constantes.

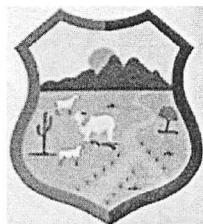
Projeção para o período de 2018 a 2021 (IPCA) conforme Metas de Inflação oficiais do Governo Federal.

2018 – 4,46%

2019 – 4,25%

2020 – 4,00%

2021 – 4,00%



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

ANEXOS



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação			
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos				Orçamentária	%		
01.010	Câmara Municipal			18.765	0,07		
01	031	2001	1001	Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal			
				10.425	0,04		
				Objetivo: Melhorar as instalações físicas do Prédio da Câmara Municipal			
000001	4490.51	99	000	Obras e Instalações	Fiscal	10.425	0,00
01	031	2001	2001	Manutenção da Câmara Municipal			
				8.340	0,03		
				Objetivo: Manter o bom funcionamento do Poder Legislativo			
000014	4490.52	99	000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	8.340	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos	Esfera		Orçamentária	%
02.010	Gabinete do Prefeito		6.255	0,02
04 122 2002 2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		6.255	0,02
	Objetivo: Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito.			
000033 4490.30 99 000	Material de Consumo	Fiscal	2.085	0,00
000034 4490.52 99 000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	4.170	0,00

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					
02.020	Secretaria de Administração Geral			37.531	0,14
04 122 2002 2005	Manutenção da Secretaria de Administração Geral			6.256	0,02
Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Administração Geral, inclusive realizar a capacitação de servidores públicos municipais para o enfrentamento à violência contra a mulher.					
000056	4490.30	99 000	Material de Consumo	Fiscal	1.043 0,00
000057	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.213 0,00
04 061 0001 2006	Pagamento de Ações Judiciais (precatórios e outros)			31.275	0,12
Objetivo: Pagar ações judiciais transitadas e julgadas.					
000060	4690.91	99 000	Sentenças Judiciais	Fiscal	31.275 0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

		Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação	
		Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos		Esfera	Orçamentária	%
02.030	Secretaria de Administração Financeira				237.431	0,89
28	843	0001	0001 Amortização e Encargos da Dívida Contratada		23.978	0,09
Objetivo: Pagar encargos e o principal da dívida contratada.						
	000062	4690.71	99 000 Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	23.978	0,00
28	843	0001	0002 Amortização e Encargos com a Dívida do INSS		208.500	0,78
Objetivo: Pagamento mensal dos compromissos assumidos por contrato de refinanciamento de dívida junto ao INSS.						
	000064	4690.71	99 000 Principal da Dívida Contratual Resgatado	Fiscal	208.500	0,00
04	123	2002	2007 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração Financeira		4.953	0,02
Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Administração Financeira.						
	000084	4490.30	99 000 Material de Consumo	Fiscal	1.043	0,00
	000085	4490.52	99 000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	3.128	0,00
	000086	4490.92	99 000 Despesas de Exercícios Anteriores	Fiscal	782	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						
02.040	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto			2.362.732	8,85	
12	361	1001	1002 Aquisição de Transporte Escolar	250.200	0,94	
Objetivo: Aquisição de transporte escolar para atender aos alunos do ensino fundamental.						
000087	4490.52	99	001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	31.275	0,00
000088	4490.52	99	015 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	208.500	0,00
000089	4490.52	99	019 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	10.425	0,00
12	361	1001	1003 Construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para Unidades Escolares	771.438	2,89	
Objetivo: Construir, ampliar, reformar e adquirir equipamentos para as unidades escolares do município.						
000092	4490.51	99	001 Obras e Instalações	Fiscal	15.638	0,00
000093	4490.51	99	015 Obras e Instalações	Fiscal	500.909	0,00
000094	4490.51	99	019 Obras e Instalações	Fiscal	10.425	0,00
000095	4490.51	99	053 Obras e Instalações	Fiscal	181.916	0,00
000096	4490.52	99	015 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	62.550	0,00
12	365	1001	1004 Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de equipamentos para Creche	563.693	2,11	
Objetivo: Construir, ampliar e/ou reformar e equipar creches no município.						
000098	4490.51	99	001 Obras e Instalações	Fiscal	16.159	0,00
000099	4490.51	99	015 Obras e Instalações	Fiscal	380.083	0,00
000100	4490.51	99	019 Obras e Instalações	Fiscal	10.425	0,00
000101	4490.52	99	015 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	157.026	0,00
27	812	1004	1005 Implantação, Ampliação ou melhoria de Obras de Infra- Estrutura Esportiva	484.763	1,82	
Objetivo: Construir, ampliar ou reformar campo de futebol, quadra, ginásio, Pista de Atletismo e outros, para atender a zona urbana e demais localidades.						
000102	4490.51	99	000 Obras e Instalações	Fiscal	15.638	0,00
000103	4490.51	99	052 Obras e Instalações	Fiscal	469.125	0,00
12	361	1001	1006 Construção de Quadra Escolar	229.350	0,86	
Objetivo: Construir quadra escolar no município.						
000105	4490.51	99	001 Obras e Instalações	Fiscal	20.850	0,00
000106	4490.51	99	015 Obras e Instalações	Fiscal	208.500	0,00
12	361	1001	2008 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental-MDE	26.746	0,10	
Objetivo: Manter as atividades do ensino fundamental, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados ao ensino fundamental.						
000128	4490.30	99	001 Material de Consumo	Fiscal	1.043	0,00
000129	4490.51	99	001 Obras e Instalações	Fiscal	8.340	0,00
000130	4490.52	99	001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	10.890	0,00
000131	4490.92	99	001 Despesas de Exercícios Anteriores	Fiscal	1.260	0,00
000132	4590.61	99	001 Aquisição de Imóveis	Fiscal	5.213	0,00
12	365	1001	2009 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - MDE	15.430	0,06	
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Infantil - MDE, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados ao ensino infantil.						
000150	4490.30	99	001 Material de Consumo	Fiscal	2.085	0,00
000151	4490.30	99	015 Material de Consumo	Fiscal	2.085	0,00
000152	4490.52	99	001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.877	0,00
000153	4490.52	99	015 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	9.383	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

		Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação	
		Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos		Esfera	Orçamentária	%
02.040	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto				2.362.732	8,85
12	361	1001	2010 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		2.085	0,01
		Objetivo: Manter a educação de jovens e adultos, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados a educação de jovens e adultos.				
	000171	4490.30	99 001 Material de Consumo	Fiscal	521	0,00
	000172	4490.52	99 001 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.564	0,00
12	361	1001	2013 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 40%		2.606	0,01
		Objetivo: Manter as atividades do Ensino Fundamental - Fundeb 40%.				
	000194	4490.52	99 019 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	2.606	0,00
12	368	1001	2016 Manutenção do Salário Educação -QSE		5.213	0,02
		Objetivo: Manter a cota municipal de Salário Educação.				
	000214	4490.52	99 015 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.213	0,00
12	365	1001	2021 Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 40%		4.223	0,02
		Objetivo: Manter as atividades do Ensino Infantil - Fundeb 40%				
	000249	4490.30	99 019 Material de Consumo	Fiscal	1.095	0,00
	000250	4490.52	99 019 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	3.128	0,00
13	392	1003	2029 Apoio às manifestações culturais do município		5.213	0,02
		Objetivo: Apoiar as manifestações culturais do município, através da apresentação de projetos, dentro das seguintes áreas: música e dança, cultura popular e artesanato, acervo e patrimônio histórico e outros.				
	000280	4490.52	99 000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	5.213	0,00
12	361	1001	2031 Manutenção de Outros Programas do FNDE		1.772	0,01
		Objetivo: Manter Outros Programas do FNDE				
	000294	4490.52	99 015 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.772	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						
02.050	Secretaria de Saúde e Saneamento				2.812.915	10,54
10 303 1005 1007	Ações de Saneamento Básico				531.675	1,99
	Objetivo: Executar ações de Saneamento Básico com a construção ou recuperação de esgotamento sanitário, diminuindo o agravo a saúde pública provocado pela proliferação de microorganismos causadores de doenças.					
000295	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Seguridade	10.425	0,00
000296	4490.51	99 051	Obras e Instalações	Seguridade	521.250	0,00
10 303 1005 1008	Melhoria Habitacional				677.094	2,54
	Objetivo: Melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas (restauração e/ou reconstrução de domicílio, visando à melhoria das condições físicas da casa, bem como do ambiente externo.					
000297	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Seguridade	26.063	0,00
000298	4490.51	99 051	Obras e Instalações	Seguridade	651.031	0,00
10 303 1005 1009	Construção de Abastecimento D'água				702.237	2,63
	Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água ou implantar através da construção ou recuperação de açudes, cisternas, perfuração, instalação de poços e outros, para atender às comunidades: Icós, Olho D'Água, Boa Vista, Lajes de Icós, Baixa do Juá, Sossego, Canoa, Poços, Gameleira, Mata dos Barbosa, Diamante, Talhado, Serra Vermelha, Maniçoba, Canoinha, Picos, Marinho, Carnaúba Seca, Sítio Cipó, Sítio Logradouro, Genipapo, Poço Redondo, Umbuzeiro, Corujas, Figueira, Lajes de Figueira, Cacimba das Cabras, Pau Ferro, Poço Cachorro, Água Grande, Mandacaru, entre outras localidades - demanda do orçamento participativo.					
000299	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Seguridade	10.425	0,00
000300	4490.51	99 051	Obras e Instalações	Seguridade	691.812	0,00
10 303 1005 1010	Melhorias Sanitárias				542.100	2,03
	Objetivo: Proporcionar melhorias sanitárias nos domicílios do Município.					
000301	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Seguridade	20.850	0,00
000302	4490.51	99 051	Obras e Instalações	Seguridade	521.250	0,00
10 302 1005 1011	Aquisição de Ambulância				93.825	0,35
	Objetivo: Adquirir uma Ambulância para melhorar o atendimento à população do município.					
000303	4490.52	99 002	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	41.700	0,00
000304	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	52.125	0,00
10 303 1005 1012	Construção de Aterro Sanitário				229.350	0,86
	Objetivo: Construir um aterro sanitário.					
000305	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Seguridade	20.850	0,00
000306	4490.51	99 051	Obras e Instalações	Seguridade	208.500	0,00
10 301 2002 2032	Manutenção da Secretaria de Saúde e Saneamento				36.634	0,14
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Saúde e Saneamento, inclusive capacitação de servidores da área de saúde.					
000330	4490.30	99 002	Material de Consumo	Seguridade	3.267	0,00
000331	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Seguridade	10.890	0,00
000332	4490.52	99 002	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	15.638	0,00
000333	4490.92	99 002	Despesas de Exercícios Anteriores	Seguridade	1.626	0,00
000334	4590.61	99 002	Aquisição de Imóveis	Seguridade	5.213	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Esfera	Dotação Orçamentária	%	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							
02.060	Secretaria de Transporte e Urbanismo					4.625.872	17,33
17 512 1004 1013	Ações de Saneamento Básico					112.467	0,42
	Objetivo: Promover Ações de Saneamento Básico com a construção de esgotamento sanitário, para atender a zona urbana.						
000338	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	3.567	0,00	
000339	4490.51	99 052	Obras e Instalações	Fiscal	108.900	0,00	
15 451 1004 1014	Implantação, Ampliação ou melhoria de Obras de Infraestrutura Urbana					276.263	1,04
	Objetivo: Construção de Pavimentação asfáltica e/ou em paralelepípedo de vias públicas e drenagem em diversas ruas do município e outras construções de infraestrutura.						
000340	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	15.638	0,00	
000341	4490.51	99 052	Obras e Instalações	Fiscal	260.625	0,00	
27 813 1004 1015	Construção e revitalização de praças, portais entre outros.					667.201	2,50
	Objetivo: Construir e reformar praças e canteiros do município a fim de oferecer a população, usufruir de um ambiente de lazer para interagir com a comunidade, além de criar opções de renda para os comerciantes locais; Construção de portal possibilitando uma boa expectativa aos visitantes/turistas, estabelecendo um marco referencial na paisagem, acolhendo quem chega e sai da cidade.						
000342	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	15.638	0,00	
000343	4490.51	99 052	Obras e Instalações	Fiscal	651.563	0,00	
15 451 1004 1016	Aquisição e Desapropriação de Imóveis					11.891	0,04
	Objetivo: Adquirir e desapropriar imóveis para o interesse público						
000344	4590.61	99 000	Aquisição de Imóveis	Fiscal	11.891	0,00	
26 782 1004 1017	Construção e Recuperação de Passagens Molhadas					41.700	0,16
	Objetivo: Construir e recuperar passagens molhadas, para atender às comunidades Picos, Marinho, Carnáuba Seca, Sítio Cipó, Sítio Logradouro, Genipapo, Poço Redondo, Umbuzeiro, Corujas, Figueira, Lajes de Figueira, Cacimba das Cabras, Pau Ferro, Poço Cachorro, Água Grande, Mandacaru e demais localidades do município.						
000346	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	41.700	0,00	
16 482 1004 1018	Melhorias Habitacionais					125.100	0,47
	Objetivo: Promover melhorias habitacionais no município.						
000347	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	20.850	0,00	
000348	4490.51	99 052	Obras e Instalações	Fiscal	104.250	0,00	
18 544 1004 1019	Construção de Abastecimento D' Água					3.190.048	11,95
	Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água ou implantar através da construção ou recuperação de açudes, cisternas, barragens, perfuração, instalação de poços e outros, para atender às comunidades do Sítio Caldeirão, entre outras comunidades do município. Demanda do orçamento participativo.						
000349	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	31.275	0,00	
000350	4490.51	99 052	Obras e Instalações	Fiscal	3.158.773	0,00	
15 451 1004 1020	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios Públicos					37.009	0,14
	Objetivo: Construir, Reformar e Ampliar Prédios Públicos.						
000351	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	37.009	0,00	



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática		Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos		Esfera	Dotação Orçamentária	%
02.060	Secretaria de Transporte e Urbanismo				4.625.872	17,33
04	122	2002	2034 Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Urbanismo		164.193	0,62
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Transporte e Urbanismo.						
000368	4490.30	99	000 Material de Consumo	Fiscal	2.085	0,00
000369	4490.51	99	000 Obras e Instalações	Fiscal	155.228	0,00
000370	4490.52	99	000 Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	6.359	0,00
000371	4490.92	99	000 Despesas de Exercícios Anteriores	Fiscal	521	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						
02.070	Secretaria de Assistência Social e Previdência				15.664	0,06
08 244 2002 2038	Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social e Previdência				13.361	0,05
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Assistência Social e Previdência, visando a valorização da família e indivíduos vulnerabilizados pela situação de risco e exclusão social, desenvolvendo ações de promoção social com vistas a erradicação da extrema pobreza.					
000409	4490.30	99 000	Material de Consumo	Seguridade	1.564	0,00
000410	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Seguridade	8.340	0,00
000411	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.519	0,00
000412	4490.92	99 000	Despesas de Exercícios Anteriores	Seguridade	938	0,00
08 243 1002 2040	Manutenção das Atividades dos Conselhos Afins à Política de Assistência Social				1.043	0,00
	Objetivo: manter os conselhos afins a política de Assistência Social existentes: Conselho Municipal dos Direitos da Criança - CMDCA, Conselho Municipal da Pessoa idosa - CMPI, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMDPD, Conselho Municipal da Mulher - CMM, entre outros.					
000422	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.043	0,00
08 243 1002 2041	Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente				1.260	0,00
	Objetivo: Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.					
000428	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.260	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Esfera	Dotação Orçamentária	%	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos							
02.080	Secretaria de Agricultura e Abastecimento					369.014	1,38
20 606 1004 1021	Aquisição de Patrulha Mecanizada					323.174	1,21
	Objetivo: Adquirir uma patrulha mecanizada.						
000439	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	10.425	0,00	
000440	4490.52	99 052	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	312.749	0,00	
20 606 1004 1022	Implantação de Infraestrutura e Serviços Rurais					22.768	0,09
	Objetivo: Implantar infraestrutura e serviços rurais, através da aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas, e outros, tendo como objetivo apoiar a implementação e expansão dos investimentos que beneficiem coletivamente os agricultores familiares.						
000441	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	11.384	0,00	
000442	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	11.384	0,00	
20 608 1004 1023	Construção, Reforma e Ampliação do Matadouro Público					15.638	0,06
	Objetivo: Construir, reformar e ampliar o Matadouro Público do município.						
000443	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Fiscal	15.638	0,00	
20 608 1004 2044	Apoio ao Pequeno Criador					3.336	0,01
	Objetivo: Apoiar os pequenos criadores das diversas localidades do município.						
000448	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	3.336	0,00	
20 606 1004 2045	Apoio ao Pequeno Produtor Rural					1.804	0,01
	Objetivo: Apoiar o pequeno produtor rural através de defensivos agrícolas, corte de terra, insumos, sementes selecionadas, máquinas de pulverizar e implementos agrícolas, assistência técnica e outros, para atender às comunidades Picos, Marinho, Carnáuba Seca, Sítio Cipó, Sítio Logradouro, Genipapo, Poço Redondo e as demais comunidades do município.						
000453	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.804	0,00	
20 122 2002 2046	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento					2.294	0,01
	Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.						
000467	4490.30	99 000	Material de Consumo	Fiscal	1.043	0,00	
000468	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Fiscal	1.251	0,00	



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos					
02.090	Fundo Municipal de Saúde			1.036.453	3,88
10 301 1005 1024	Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de equipamentos para U.E.S.F			668.659	2,51
	Objetivo: Construir, ampliar, reformar e equipar as Unidades de Estratégia Saúde da Família no município.				
000469	4490.51	99 002	Obras e Instalações	Seguridade	15.638 0,00
000470	4490.51	99 014	Obras e Instalações	Seguridade	340.272 0,00
000471	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	312.749 0,00
10 301 1005 1025	Implantação de Polo de Academia da Saúde			250.200	0,94
	Objetivo: Implantação de Polo de Academia da Saúde para a orientação de práticas corporais e atividades físicas, lazer e modos de vida saudáveis, como forma de prover infraestrutura adequada ao Programa Academia da Saúde.				
000472	4490.51	99 014	Obras e Instalações	Seguridade	208.500 0,00
000473	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	41.700 0,00
10 301 1005 2047	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde (Atenção Básica)			82.669	0,31
	Objetivo: Manter o Fundo Municipal de Saúde com ações voltadas à atenção básica				
000493	4490.30	99 014	Material de Consumo	Seguridade	7.609 0,00
000494	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	75.060 0,00
10 304 1005 2048	Manutenção das Ações Básicas de Vigilância Sanitária			1.043	0,00
	Objetivo: Manter as Ações Básicas de Vigilância Sanitária				
000500	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.043 0,00
10 305 1005 2051	Manutenção do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS			1.043	0,00
	Objetivo: Manter o Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS.				
000515	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.043 0,00
10 301 1005 2052	Manutenção da Estratégia Saúde da Família - SF			15.638	0,06
	Objetivo: Manter a Estratégia Saúde da Família - SF no município.				
000523	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	15.638 0,00
10 302 1005 2054	Manutenção do Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar			521	0,00
	Objetivo: Manter o Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.				
000537	4490.52	99 014	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	521 0,00
10 301 1005 2055	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recursos Próprios			16.680	0,06
	Objetivo: Manter o Fundo Municipal de Saúde				
000550	4490.52	99 002	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	16.680 0,00

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Esfera	Dotação Orçamentária	%	
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						
02.100	Fundo Municipal de Assistência Social			934.461	3,50	
08 244 1002 1026	Estruturação da Rede de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial - CRA			875.176	3,28	
	Objetivo: Estruturar a rede de serviços da proteção social básica e especial, por meio da construção de equipamentos públicos; ampliação, reforma e melhorias da infraestrutura de unidades públicas estatais, seguindo as normativas do SUAS e legislação complementar, podendo ainda adquirir equipamentos, modernização tecnológica, dentre outros, tendo em vista a necessidade de aprimorar o atendimento nas unidades de proteção social básica e especial reordenando-as de modo a se adequarem aos parâmetros exigidos pelas normativas legais específicas.					
000551	4490.51	99 000	Obras e Instalações	Seguridade	5.213	0,00
000552	4490.51	99 029	Obras e Instalações	Seguridade	15.638	0,00
000553	4490.51	99 052	Obras e Instalações	Seguridade	473.816	0,00
000554	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	5.210	0,00
000555	4490.52	99 029	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	10.425	0,00
000556	4490.52	99 052	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	364.874	0,00
08 244 1002 2058	Manutenção de Outros Programas, Projetos, Benefícios e Serviços Socioassistenciais do FNAS			6.657	0,02	
	Objetivo: Atender outros programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais proporcionando recursos e meios para financiamento das ações da política Pública de Assistência Social.					
000599	4490.30	99 029	Material de Consumo	Seguridade	2.085	0,00
000600	4490.52	99 029	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	4.572	0,00
08 244 1002 2059	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - IGD PBF			2.836	0,01	
	Objetivo: Incentivar as ações de aprimoramento da qualidade da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGD PBF em âmbito local, contribuindo para que o município execute as ações que estão sob sua responsabilidade, além do desenvolvimento de projetos de Inclusão Produtiva.					
000609	4490.52	99 029	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.836	0,00
08 244 1004 2060	Implantação e Manutenção dos Programas de Segurança Alimentar			42.486	0,16	
	Objetivo: Implantar e manter os programas de Segurança Alimentar: Agricultura Urbana, Compra Direta de Alimentação Familiar, Educação Alimentar e Nutricional, Hortas Comunitárias, Feiras Comunitárias, entre outros.					
000619	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	1.287	0,00
000620	4490.52	99 052	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	41.199	0,00
08 244 1002 2061	Bloco de Financiamento da Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS			2.615	0,01	
	Objetivo: Avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação Inter setorial no âmbito municipal, possibilitando a vigilância social, a organização do SUAS, a capacitação permanente de Trabalhadores, o monitoramento e a avaliação, entre outros com vistas a produção de dados para que a Política Pública de Assistência Social seja efetivada e a qualidade de gestão.					
000628	4490.52	99 029	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.615	0,00
08 241 1002 2062	Fortalecimento do Controle Social - Manutenção do Cons. Mun. Assist. Social/CMAS - IGD SU.			938	0,00	
	Objetivo: Fortalecer o Controle Social e incentivar a participação da sociedade, proporcionando ao CMAS condições de gestão com vistas ao exercício do controle social da Política Municipal de Assistência Social e no desempenho das funções de normatizar, disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial, bem como a realização da Conferência Municipal de Assistência Social e Capacitação para Conselheiros de Assistência Social.					
000636	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	938	0,00
08 244 1002 2063	Cofinanciamento Municipal dos Serviços, Programas e Projetos do SUAS			2.711	0,01	
	Objetivo: Manter as ações dos serviços, programas e projetos do SUAS.					
000656	4490.52	99 000	Equipamentos e Material Permanente	Seguridade	2.711	0,00



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo IX - Demonstrativo da Despesa de Capital

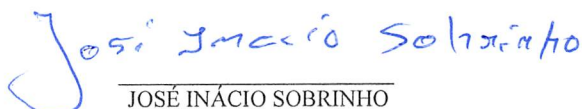
Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Esfera	Dotação Orçamentária	%
Elemento de Despesa/Aplicações de Despesas/Fonte de Recursos						
02.100	Fundo Municipal de Assistência Social				934.461	3,50
08 244 1002 2066	FEAS - Cofinanciamento Estadual dos Serviços Socioassistenciais do SUAS				1.042	0,00
Objetivo: Manter as atividades dos serviços socioassistenciais do SUAS - Proteção Social Básica e Especial ofertados ou referenciados ao CRAS, CREAS e dos Benefícios Eventuais que visa assistir cidadãos e as famílias por meio dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social, de caráter complementar e provisório, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, assegurados pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.						
000672 4490.52 99 029	Equipamentos e Material Permanente			Seguridade	1.042	0,00
Total Geral					12.457.093,00	

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:27:59


CLAIR LEITÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária	%
01.010	Câmara Municipal		800.432	3,00
01 031 2001 1001	Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara Municipal		10.425	0,04
	Objetivo: Melhorar as instalações físicas do Prédio da Câmara Municipal			
01 031 2001 2001	Manutenção da Câmara Municipal		790.007	2,96
	Objetivo: Manter o bom funcionamento do Poder Legislativo			
02.010	Gabinete do Prefeito		739.428	2,77
04 122 2002 2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		697.728	2,61
	Objetivo: Manter as Atividades do Gabinete do Prefeito.			
08 244 2002 2003	Assistência às famílias em situação de riscos e vulnerabilidade socioeconômica		14.595	0,05
	Objetivo: Assistência às famílias em situação de riscos e vulnerabilidade socioeconômica através da doação de materiais e ajudas diversas tais como: materiais para construção, documentos civis, cestas básicas, passagens, auxílio-funeral e outros.			
04 122 2002 2004	Contribuições para CNM, FAMUP e outros		27.105	0,10
	Objetivo: Contribuir para Confederação Nacional dos Municípios, Federação das Associações de Municípios da Paraíba-FAMUP e outras associações que lutem pelas questões ligadas ao municipalismo.			
02.020	Secretaria de Administração Geral		1.524.153	5,71
04 122 2002 2005	Manutenção da Secretaria de Administração Geral		1.409.478	5,28
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Administração Geral, inclusive realizar a capacitação de servidores públicos municipais para o enfrentamento à violência contra a mulher.			
04 061 0001 2006	Pagamento de Ações Judiciais (precatórios e outros)		114.675	0,43
	Objetivo: Pagar ações judiciais transitadas e julgadas.			
02.030	Secretaria de Administração Financeira		919.742	3,45
28 843 0001 0001	Amortização e Encargos da Dívida Contratada		25.238	0,09
	Objetivo: Pagar encargos e o principal da dívida contratada.			
28 843 0001 0002	Amortização e Encargos com a Dívida do INSS		210.877	0,79
	Objetivo: Pagamento mensal dos compromissos assumidos por contrato de refinanciamento de dívida junto ao INSS.			
28 845 0001 0003	Contribuições ao PASEP		115.299	0,43
	Objetivo: Recolher mensalmente as contribuições devidas ao PASEP.			
04 123 2002 2007	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração Financeira		568.328	2,13
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Administração Financeira.			
02.040	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		7.888.616	29,56
12 361 1001 1002	Aquisição de Transporte Escolar		250.200	0,94
	Objetivo: Aquisição de transporte escolar para atender aos alunos do ensino fundamental.			
12 361 1001 1003	Construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para Unidades Escolares		803.234	3,01
	Objetivo: Construir, ampliar, reformar e adquirir equipamentos para as unidades escolares do município.			
12 365 1001 1004	Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de equipamentos para Creche		574.118	2,15
	Objetivo: Construir, ampliar e/ou reformar e equipar creches no município.			



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação Orçamentária	%
02.040	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto			7.888.616	29,56
27	812	1004	1005 Implantação, Ampliação ou melhoria de Obras de Infra- Estrutura Esportiva	484.763	1,82
Objetivo: Construir, ampliar ou reformar campo de futebol, quadra, ginásio, Pista de Atletismo e outros, para atender a zona urbana e demais localidades.					
12	361	1001	1006 Construção de Quadra Escolar	229.350	0,86
Objetivo: Construir quadra escolar no município.					
12	361	1001	2008 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental-MDE	1.107.591	4,15
Objetivo: Manter as atividades do ensino fundamental, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados ao ensino fundamental.					
12	365	1001	2009 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - MDE	90.184	0,34
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Infantil - MDE, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados ao ensino infantil.					
12	361	1001	2010 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	37.165	0,14
Objetivo: Manter a educação de jovens e adultos, inclusive capacitação de professores e servidores vinculados a educação de jovens e adultos.					
12	361	1001	2011 Manutenção da Merenda Escolar - PNAE Ensino Fundamental	191.045	0,72
Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a merenda dos alunos das escolas municipais do ensino fundamental.					
12	361	1001	2012 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 60%	2.522.697	9,45
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Fundamental - Fundeb 60%.					
12	361	1001	2013 Manutenção do Ensino Fundamental - Fundeb - 40%	565.412	2,12
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Fundamental - Fundeb 40%.					
12	361	1001	2014 Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	376.232	1,41
Objetivo: Manter as atividades do transporte escolar do Ensino Fundamental.					
12	365	1001	2015 Manutenção da Merenda Escolar - PNAE Creche	59.490	0,22
Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para merenda destinados aos alunos das creches municipais.					
12	368	1001	2016 Manutenção do Salário Educação -QSE	102.315	0,38
Objetivo: Manter a cota municipal de Salário Educação.					
12	368	1001	2017 Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	6.818	0,03
Objetivo: Manter o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE					
12	361	1001	2018 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - Fundeb 60%	10.947	0,04
Objetivo: Manter a educação de jovens e adultos - Fundeb 60%					
12	361	1001	2019 Manutenção da Educação de Jovens e Adultos - Fundeb 40%	10.424	0,04
Objetivo: Manter a educação de jovens e adultos - Fundeb 40%					
12	365	1001	2020 Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 60%	94.034	0,35
Objetivo: Manter as atividades do Ensino Infantil- Fundeb 60%					
12	365	1001	2021 Manutenção do Ensino Infantil - Fundeb 40%	46.917	0,18



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária	%
02.040	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		7.888.616	29,56
	Objetivo: Manter as atividades do Ensino Infantil - Fundeb 40%			
12 365 1001 2022	Manutenção do Programa Nacional de Alimentação - PNAE Pré-Escolar		12.881	0,05
	Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a merenda escolar dos alunos da pré-escola.			
12 365 1001 2023	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Infantil		673	0,00
	Objetivo: Manter as Atividades do Transporte Escolar do Ensino Infantil.			
12 362 1001 2024	Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio		13.610	0,05
	Objetivo: Manter as Atividades do Transporte Escolar do Ensino Médio.			
12 361 1001 2025	Manutenção da Merenda Escolar do PNAE-EJA		3.128	0,01
	Objetivo: Adquirir gêneros alimentícios para a merenda escolar dos alunos do EJA.			
23 695 1003 2026	Promoção de Eventos Sociais e Culturais		91.219	0,34
	Objetivo: Promover e apoiar as festas de São João, Festa de Nossa Senhora Santana, Santo Expedito, Santo Antonio, Emancipação Política e outros eventos tradicionais do município.			
27 812 1003 2027	Apoio ao Desporto Amador		6.595	0,02
	Objetivo: Apoiar a prática do esporte amador com a aquisição e distribuição de material esportivo, entre outros.			
12 361 1001 2028	Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado		56.709	0,21
	Objetivo: Manter o Programa Brasil Alfabetizado.			
13 392 1003 2029	Apoio às manifestações culturais do município		10.948	0,04
	Objetivo: Apoiar as manifestações culturais do município, através da apresentação de projetos, dentro das seguintes áreas: música e dança, cultura popular e artesanato, acervo e patrimônio histórico e outros.			
27 812 1001 2030	Implantação e Desenvolvimento do Programa Segundo Tempo		117.178	0,44
	Objetivo: Manter o Programa Segundo Tempo, visando democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e, preferencialmente, regularmente matriculados na rede pública de ensino.			
12 361 1001 2031	Manutenção de Outros Programas do FNDE		12.739	0,05
	Objetivo: Manter Outros Programas do FNDE			
02.050	Secretaria de Saúde e Saneamento		4.186.887	15,69
10 303 1005 1007	Ações de Saneamento Básico		531.675	1,99
	Objetivo: Executar ações de Saneamento Básico com a construção ou recuperação de esgotamento sanitário, diminuindo o agravo a saúde pública provocado pela proliferação de microorganismos causadores de doenças.			
10 303 1005 1008	Melhoria Habitacional		677.094	2,54
	Objetivo: Melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas (restauração e/ou reconstrução de domicílio, visando à melhoria das condições físicas da casa, bem como do ambiente externo.			
10 303 1005 1009	Construção de Abastecimento D'água		702.237	2,63
	Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água ou implantar através da construção ou recuperação de açudes, cisternas, perfuração, instalação de poços e outros, para atender às comunidades: Icós, Olho D'Água, Boa Vista, Lajes de Icós, Baixa do Juá, Sossego, Canoa, Poços, Gameleira, Mata dos Barbosa, Diamante, Talhado, Serra Vermelha, Maniçoba, Canoinha, Picos, Marinho, Carnaúba Seca, Sítio Cipó, Sítio Logradouro, Genipapo, Poço Redondo, Umbuzeiro, Corujas, Figueira, Lajes de Figueira, Cacimba das Cabras, Pau Ferro, Poço Cachorro, Água Grande, Mandacaru, entre outras localidades - demanda do orçamento participativo.			

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária	%
02.050	Secretaria de Saúde e Saneamento		4.186.887	15,69
10 303 1005 1010	Melhorias Sanitárias		542.100	2,03
	Objetivo: Proporcionar melhorias sanitárias nos domicílios do Município.			
10 302 1005 1011	Aquisição de Ambulância		93.825	0,35
	Objetivo: Adquirir uma Ambulância para melhorar o atendimento à população do município.			
10 303 1005 1012	Construção de Aterro Sanitário		229.350	0,86
	Objetivo: Construir um aterro sanitário.			
10 301 2002 2032	Manutenção da Secretaria de Saúde e Saneamento		1.406.227	5,27
	Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Saúde e Saneamento, inclusive capacitação de servidores da área de saúde.			
18 541 1005 2033	Realização de ações voltadas a Preservação Ambiental		4.379	0,02
	Objetivo: Realizar eventos relacionados à preservação do meio ambiente, incluindo campanhas de educação ambiental com palestras e cartilhas destinadas a população, promover ações para estimular e proporcionar o reflorestamento em áreas degradadas e proteção à fauna e flora entre outras ações.			
02.060	Secretaria de Transporte e Urbanismo		5.106.699	19,13
17 512 1004 1013	Ações de Saneamento Básico		112.467	0,42
	Objetivo: Promover Ações de Saneamento Básico com a construção de esgotamento sanitário, para atender a zona urbana.			
15 451 1004 1014	Implantação, Ampliação ou melhoria de Obras de Infraestrutura Urbana		276.263	1,04
	Objetivo: Construção de Pavimentação asfáltica e/ou em paralelepípedo de vias públicas e drenagem em diversas ruas do município e outras construções de infraestrutura.			
27 813 1004 1015	Construção e revitalização de praças, portais entre outros.		667.201	2,50
	Objetivo: Construir e reformar praças e canteiros do município a fim de oferecer a população, usufruir de um ambiente de lazer para interagir com a comunidade, além de criar opções de renda para os comerciantes locais; Construção de portal possibilitando uma boa expectativa aos visitantes/turistas, estabelecendo um marco referencial na paisagem, acolhendo quem chega e sai da cidade.			
15 451 1004 1016	Aquisição e Desapropriação de Imóveis		11.891	0,04
	Objetivo: Adquirir e desapropriar imóveis para o interesse público			
26 782 1004 1017	Construção e Recuperação de Passagens Molhadas		52.125	0,20
	Objetivo: Construir e recuperar passagens molhadas, para atender às comunidades Picos, Marinho, Carnaúba Seca, Sítio Cipó, Sítio Logradouro, Genipapo, Poço Redondo, Umbuzeiro, Corujas, Figueira, Lajes de Figueira, Cacimba das Cabras, Pau Ferro, Poço Cachorro, Água Grande, Mandacaru e demais localidades do município.			
16 482 1004 1018	Melhorias Habitacionais		125.100	0,47
	Objetivo: Promover melhorias habitacionais no município.			
18 544 1004 1019	Construção de Abastecimento D' Água		3.190.048	11,95
	Objetivo: Ampliar o abastecimento d'água ou implantar através da construção ou recuperação de açudes, cisternas, barragens, perfuração, instalação de poços e outros, para atender às comunidades do Sítio Caldeirão, entre outras comunidades do município. Demanda do orçamento participativo.			
15 451 1004 1020	Construção, Reforma e Ampliação de Prédios Públicos		37.009	0,14
	Objetivo: Construir, Reformar e Ampliar Prédios Públicos.			

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação Orçamentária	%
02.060	Secretaria de Transporte e Urbanismo			5.106.699	19,13
04	122	2002	2034 Manutenção das Atividades da Secretaria de Transporte e Urbanismo	584.850	2,19
Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Transporte e Urbanismo.					
26	782	1004	2035 Recuperação de Estradas Vicinais	49.745	0,19
Objetivo: Manter as estradas vicinais no município.					
02.070	Secretaria de Assistência Social e Previdência			381.359	1,43
08	244	1002	2036 Assistência as famílias em situação de riscos e vulnerabilidade socioeconômica	9.904	0,04
Objetivo: Acompanhar as famílias em situação de riscos e vulnerabilidade socioeconômica com ações de desenvolvimento da auto estima, fortalecimento dos laços familiares e comunitários e que possam garantir a superação ou minimização de tal situação.					
08	243	1002	2037 Manutenção do Conselho Tutelar	84.236	0,32
Objetivo: Manter os Conselhos Tutelares da Criança e Adolescente cuja finalidade é fiscalizar e zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes previstos em lei e promover os encaminhamentos para a solução dos problemas afetos a criança e adolescente.					
08	244	2002	2038 Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social e Previdência	226.236	0,85
Objetivo: Manter as atividades administrativas da Secretaria de Assistência Social e Previdência, visando a valorização da família e indivíduos vulnerabilizados pela situação de risco e exclusão social, desenvolvendo ações de promoção social com vistas a erradicação da extrema pobreza.					
08	244	1002	2039 Manutenção do Programa Viver Bem	24.191	0,09
Objetivo: Desenvolver a cidadania e a inclusão social da família em situação de vulnerabilidade social, por meio da transferência financeira, em complementação da renda familiar para a melhoria da sua condição de vida, a assistência social às famílias de baixa renda; para erradicação da pobreza, incentivar a permanência na escola dos filhos ou dependentes das famílias beneficiárias, incentivar as gestantes beneficiárias a submeter-se ao acompanhamento pré-natal, bem como garantir que as crianças sejam regularmente vacinadas.					
08	243	1002	2040 Manutenção das Atividades dos Conselhos Afins à Política de Assistência Social	9.597	0,04
Objetivo: manter os conselhos afins a política de Assistência Social existentes: Conselho Municipal dos Direitos da Criança - CMDCA, Conselho Municipal da Pessoa idosa - CMPI, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMDPD, Conselho Municipal da Mulher - CMM, entre outros.					
08	243	1002	2041 Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	5.040	0,02
Objetivo: Manter o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.					
08	241	1002	2042 Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa - FMPI	5.995	0,02
Objetivo: Manter as atividades do Fundo Municipal da Pessoa Idosa					
08	131	1002	2043 Manutenção das Atividades de Inclusão Produtiva - Geração de Emprego e Renda	16.160	0,06
Objetivo: Ofertar cursos e outras atividades que promovam a Inclusão Produtiva - geração de emprego e renda incentivando os participantes para buscar a conquista da autonomia, a produção de bens, serviços e ou materiais de baixo custo e aceitação no mercado, bem como a inserção dos mesmos no mercado de trabalho uma vez que proporciona novos conhecimentos e habilidades específicas dos adolescentes e jovens com vistas a melhoria da renda familiar.					
02.080	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			514.935	1,93
20	606	1004	1021 Aquisição de Patrulha Mecanizada	323.174	1,21
Objetivo: Adquirir uma patrulha mecanizada.					



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira
Secretaria de Administração Financeira
Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática				Dotação Orçamentária	%
02.080	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			514.935	1,93
20 606 1004 1022	Implantação de Infraestrutura e Serviços Rurais			22.768	0,09
	Objetivo: Implantar infraestrutura e serviços rurais, através da aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas, e outros, tendo como objetivo apoiar a implementação e expansão dos investimentos que beneficiem coletivamente os agricultores familiares.				
20 608 1004 1023	Construção, Reforma e Ampliação do Matadouro Público			15.638	0,06
	Objetivo: Construir, reformar e ampliar o Matadouro Público do município.				
20 608 1004 2044	Apoio ao Pequeno Criador			12.927	0,05
	Objetivo: Apoiar os pequenos criadores das diversas localidades do município.				
20 606 1004 2045	Apoio ao Pequeno Produtor Rural			12.687	0,05
	Objetivo: Apoiar o pequeno produtor rural através de defensivos agrícolas, corte de terra, insumos, sementes selecionadas, máquinas de pulverizar e implementos agrícolas, assistência técnica e outros, para atender às comunidades Picos, Marinho, Carnáuba Seca, Sítio Cipó, Sítio Logradouro, Genipapo, Poço Redondo e as demais comunidades do município.				
20 122 2002 2046	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento			127.741	0,48
	Objetivo: Manter as atividades da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.				
02.090	Fundo Municipal de Saúde			2.914.718	10,92
10 301 1005 1024	Construção, Ampliação, Reforma e Aquisição de equipamentos para U.E.S.F			668.659	2,51
	Objetivo: Construir, ampliar, reformar e equipar as Unidades de Estratégia Saúde da Família no município.				
10 301 1005 1025	Implantação de Polo de Academia da Saúde			250.200	0,94
	Objetivo: Implantação de Polo de Academia da Saúde para a orientação de práticas corporais e atividades físicas, lazer e modos de vida saudáveis, como forma de prover infraestrutura adequada ao Programa Academia da Saúde.				
10 301 1005 2047	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde (Atenção Básica)			598.812	2,24
	Objetivo: Manter o Fundo Municipal de Saúde com ações voltadas à atenção básica				
10 304 1005 2048	Manutenção das Ações Básicas de Vigilância Sanitária			12.512	0,05
	Objetivo: Manter as Ações Básicas de Vigilância Sanitária				
10 301 1005 2049	Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS			245.622	0,92
	Objetivo: Manter os Agentes Comunitários de Saúde.				
10 301 1005 2050	Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica			169.299	0,63
	Objetivo: Manter o Programa de Assistência Farmacêutica Básica				
10 305 1005 2051	Manutenção do Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS			54.649	0,20
	Objetivo: Manter o Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS.				
10 301 1005 2052	Manutenção da Estratégia Saúde da Família - SF			512.388	1,92
	Objetivo: Manter a Estratégia Saúde da Família - SF no município.				
10 301 1005 2053	Manutenção do Programa Saúde Bucal			133.879	0,50
	Objetivo: Manter o Programa Saúde Bucal				
10 302 1005 2054	Manutenção do Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar			6.195	0,02
	Objetivo: Manter o Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.				

**Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira**

Secretaria de Administração Financeira

Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

Classificação Institucional Funcional Programática			Dotação Orçamentária	%
02.090	Fundo Municipal de Saúde		2.914.718	10,92
10 301 1005 2055	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Recursos Próprios		262.503	0,98
Objetivo: Manter o Fundo Municipal de Saúde				
02.100	Fundo Municipal de Assistência Social		1.559.050	5,84
08 244 1002 1026	Estruturação da Rede de Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial - CRA		875.176	3,28
Objetivo: Estruturar a rede de serviços da proteção social básica e especial, por meio da construção de equipamentos públicos; ampliação, reforma e melhorias da infraestrutura de unidades públicas estatais, seguindo as normativas do SUAS e legislação complementar, podendo ainda adquirir equipamentos, modernização tecnológica, dentre outros, tendo em vista a necessidade de aprimorar o atendimento nas unidades de proteção social básica e especial reordenando-as de modo a se adequarem aos parâmetros exigidos pelas normativas legais específicas.				
08 244 1002 2056	Bloco da Proteção Social Básica - PAIF/SCFV		185.150	0,69
Objetivo: Contribuir para a prevenção das situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, voltados à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos ? relacionais e de pertencimento social, bem como a manutenção dos serviços ofertados ou referenciados pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, considerando a rede existente, entre eles o PAIF, o SCFV para todos os ciclos da vida e o serviço no domicílio para as pessoas com deficiência e idosas.				
08 243 2002 2057	Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade		44.934	0,17
Objetivo: Ampliar o atendimento e acompanhamento especializado as famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como a manutenção dos serviços ofertados ou referenciados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, considerando a rede existente em 2017, entre eles o PAEFI, MSE, Abordagem Social, entre outros.				
08 244 1002 2058	Manutenção de Outros Programas, Projetos, Benefícios e Serviços Socioassistenciais do FNAS		49.328	0,18
Objetivo: Atender outros programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais proporcionando recursos e meios para financiamento das ações da política Pública de Assistência Social.				
08 244 1002 2059	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - IGD PBF		16.017	0,06
Objetivo: Incentivar as ações de aprimoramento da qualidade da Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - IGD PBF em âmbito local, contribuindo para que o município execute as ações que estão sob sua responsabilidade, além do desenvolvimento de projetos de Inclusão Produtiva.				
08 244 1004 2060	Implantação e Manutenção dos Programas de Segurança Alimentar		166.743	0,62
Objetivo: Implantar e manter os programas de Segurança Alimentar: Agricultura Urbana, Compra Direta de Alimentação Familiar, Educação Alimentar e Nutricional, Hortas Comunitárias, Feiras Comunitárias, entre outros.				
08 244 1002 2061	Bloco de Financiamento da Gestão Descentralizada do SUAS - IGD SUAS		13.545	0,05
Objetivo: Avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação Inter setorial no âmbito municipal, possibilitando a vigilância social, a organização do SUAS, a capacitação permanente de Trabalhadores, o monitoramento e a avaliação, entre outros com vistas a produção de dados para que a Política Pública de Assistência Social seja efetivada e a qualidade de gestão.				
08 241 1002 2062	Fortalecimento do Controle Social - Manutenção do Cons. Mun. Assist. Social/CMAS - IGD SU.		6.529	0,02
Objetivo: Fortalecer o Controle Social e incentivar a participação da sociedade, proporcionando ao CMAS condições de gestão com vistas ao exercício do controle social da Política Municipal de Assistência Social e no desempenho das funções de normatizar, disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial, bem como a realização da Conferência Municipal de Assistência Social e Capacitação para Conselheiros de Assistência Social.				



Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira

Secretaria de Administração Financeira


Departamento de Contabilidade - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

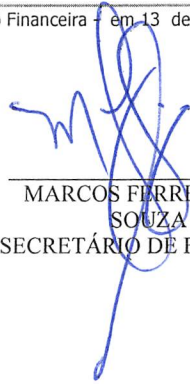
Demonstrativo X - Demonstrativo da Despesa por Ações Governamentais

Exercício: 2019

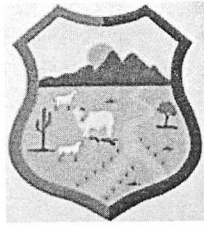
Classificação Institucional Funcional Programática		Dotação Orçamentária	%
02.100	Fundo Municipal de Assistência Social	1.559.050	5,84
08 244 1002 2063	Cofinanciamento Municipal dos Serviços, Programas e Projetos do SUAS Objetivo: Manter as ações dos serviços, programas e projetos do SUAS.	57.120	0,21
08 244 1002 2064	Manutenção de Benefícios Eventuais Objetivo: Assistir cidadãos e as famílias por meio dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social, de caráter complementar e provisório, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, assegurados pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	11.394	0,04
08 244 2002 2065	Bloco da Proteção Social Especial de Alta Complexidade Objetivo: Ofertar proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento com privacidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas, bem como a manutenção dos serviços de alta complexidade, considerando a rede existente em 2017 entre elas a Casa de Passagem.	48.685	0,18
08 244 1002 2066	FEAS - Cofinanciamento Estadual dos Serviços Socioassistenciais do SUAS Objetivo: Manter as atividades dos serviços socioassistenciais do SUAS - Proteção Social Básica e Especial ofertados ou referenciados ao CRAS, CREAS e dos Benefícios Eventuais que visa assistir cidadãos e as famílias por meio dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social, de caráter complementar e provisório, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, assegurados pela Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011, e integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.	21.893	0,08
08 243 1002 2067	Programa Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz Objetivo: Promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida; bem como promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; mediar o acesso da gestante, de crianças na primeira infância e de suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem.	62.536	0,23
99.990	Reserva de Contingência	154.290	0,58
99 999 9001 9001	Reserva de Contingência Objetivo: Atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos estabelecidos no anexo de riscos fiscais.	154.290	0,58

FONTE: Sistema PublicSoft Contabilidade - Secretaria de Administração Financeira - em 13 de abril de 2018 as 17:28:27


CLAIR LEIÃO MARTINS
CRC-PB 4.395/O-7 PB


MARCOS FERREIRA DE
SOUZA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS


JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE MANGUEIRA

Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2019

MENSAGEM



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

MENSAGEM N.º 001 /2018,

de 12 de Abril de 2018.

Excelentíssimos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências, em cumprimento ao disposto no art. 165, I e § 2º da Constituição Federal o Projeto de Lei, em apenso, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019, e dá outras providências.

O referido Projeto dispõe sobre as metas e resultados fiscais, as prioridades e metas físicas da administração pública municipal; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação dos recursos de transferências constitucionais; as disposições sobre alterações na legislação tributária; e outras matérias de natureza orçamentária.

Para determinação do volume de recursos que cada uma das Unidades Gestoras da Administração Municipal irá dispor em 2019, será considerada a evolução da receita nos últimos três exercícios das fontes de recursos ordinários, o comportamento da arrecadação no exercício de 2018 com base no mês de junho do corrente, a modernização da arrecadação tributária, a manutenção dos programas federais da Educação, Saúde e Assistência Social, a obtenção de recursos oriundos de convênios com os Governos Estadual e Federal, as perspectivas de crescimento da economia e a projeção do índice do IPCA de 4,25%.

A previsão das receitas de capital para o exercício de 2019 representa um considerável percentual do orçamento da Prefeitura e se refere a convênios com o Estado e União para execução de obras e aquisição de equipamentos. Estes convênios correspondem a muitos pleitos já encaminhados e protocolados junto aos Ministérios da União em sua maioria, e que ficarão na dependência das liberações por parte do Governo Federal.

As despesas serão fixadas levando-se em consideração as prioridades estabelecidas na esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, o volume de recursos previstos para 2019, a evolução dos custos de manutenção de cada um dos órgãos e setores da Administração, a geração de despesas oriundas da criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental, os compromissos financeiros com amortização e encargos da dívida, a inflação projetada para 2019, medida pela variação do IPCA e estimada em 4,25%, o custo unitário, das diversas obras prioritizadas para 2019 conforme orçamento e as metas fiscais estabelecidas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os ilustres Vereadores poderão observar que a intenção deste Executivo, embasado na Lei de Responsabilidade Fiscal, continua sendo o redirecionamento do setor público com vistas à redução do déficit público municipal e à melhoria da prestação dos serviços à população do município, definindo o que é prioritário e



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SANTANA DE MANGUEIRA- PB

passível de realização com recursos próprios ou em parceria com outras esferas governamentais.

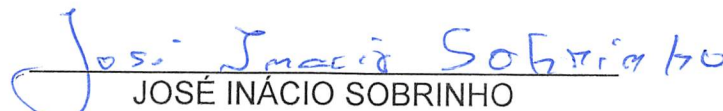
Senhores Parlamentares saliento também que este projeto demonstra em seus artigos a transparência, necessária, que o Poder Executivo vem impingindo ao trato dos poucos recursos da Prefeitura.

É oportuno esclarecer que as metas e prioridades terão procedência na alocação de recursos na lei orçamentária do próximo exercício, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas que deverão constar da referida peça.

Portanto ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Certo de que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



JOSÉ INÁCIO SOBRINHO
Prefeito